**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**
**MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

# ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS UNIVERSITÁRIAS:

# UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM-BA

**FÁBIO SILVA SANTIAGO**

Trabalho apresentado ao Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial na disciplina de Comunicação Científica do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cajazeira

**JUAZEIRO DO NORTE**

**2020**

## RESUMO

O presente artigo tem o foco de identificar os tipos de recursos que as bibliotecas universitárias disponibilizam ou podem oferecer para o acesso as pessoas com deficiência físico-visual. A investigação tem por finalidade descrever a infraestrutura física das bibliotecas públicas universitárias; averiguar se os funcionários são capacitados para atender a esses usuários; observar quais os tipos de equipamentos/softwares que estas dispõem; verificar se as bibliotecas desenvolvem ações para a inclusão das pessoas com deficiência. Este estudo foi realizado em três bibliotecas públicas universitárias de Senhor do Bonfim-Ba. O método utilizado foi um estudo de caso múltiplo. Busca investigar um fenômeno, através de roteiro de observação nas bibliotecas, entrevista com bibliotecário e usuários. Desta forma, pode-se concluir que as bibliotecas universitárias selecionadas na pesquisa em sua maioria permitem o acesso, ou seja, o usuário tem acesso à biblioteca, mas esta é considerada inacessível, pois não dispõem como manda à legislação dos requisitos na sua totalidade para permitir o uso deste ambiente que é a biblioteca pelas pessoas com deficiência permitindo o uso da informação de modo igualitário por todos. Assim, recomenda-se que a sociedade reivindique mais o cumprimento da lei n.10.098/2000 e sua fiscalização pelos órgãos competentes.



**Palavras-chave:** Acessibilidade. Deficiente físico. Deficiente visual. Biblioteca universitária. Legislação.



## ABSTRACT

This article focuses on identifying the types of resources that university libraries provide or can offer for access to people with physical and visual disabilities. The research aims to describe the physical infrastructure of public university libraries; find out if employees are trained to serve these users; observe what types of equipment / software they have; verify if libraries develop actions for the inclusion of people with disabilities. This study was carried out in three public university libraries in Senhor do Bonfim-Ba. The method used was a multiple case study. It seeks to investigate a phenomenon, through an observation script in libraries, interviews with librarians and users. In this way, it can be concluded that the university libraries selected in the research mostly allow access, that is, the user has access to the library, but it is considered inaccessible, as they do not have as required by the requirements legislation in its entirety for allowing the use of this environment, which is the library by people with disabilities, allowing the use of information on an equal basis by all. Therefore, it is recommended that the company demands more compliance with Law No. 10,098 / 2000 and its inspection by Organs competent bodies.



Keywords: Accessibility. Handicapped. Visually impaired. University library. Legislation.

# 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o pensamento de inclusão social começou com a iniciativa pública que criou um órgão chamado de ‘’Instituto Benjamin Constatin’’ cujo principal objetivo era dar o acesso às fontes de informações as pessoas com deficiência. Este instituto nasceu através do Imperador D. Pedro II que instituiu o Decreto Imperial n.º 1.428, de 12 de setembro de 1854, tendo sido inaugurado, solenemente, no dia 17 de setembro do mesmo ano, na presença do Imperador, da Imperatriz e de todo o Ministério, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) define o termo “pessoa deficiente”, através da declaração dos direitos das pessoas com deficiência. Este fato é muito importante para as pessoas com deficiência, visto que a sociedade em sua maioria foca na deficiência e não como uma “pessoa” que possui direitos iguais a todos. Sobre esta questão Lanna Júnior (2010) informa, através do depoimento de Sassaki, da seguinte forma:

> Em depoimento, Sassaki conta que “pela primeira vez surgiu a palavra pessoa para conferir dignidade e identidade ao conjunto das pessoas deficientes” (LANNA JÚNIOR, 2010).

O primeiro passo para a criação de uma lei própria para a regulamentação da acessibilidade no país que foi escrita em 2000 à lei 10.098 que trata dos seguintes termos:

> Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000, p.1).

Desta forma, percebe-se que neste primeiro artigo desta lei tratou de modo geral o assunto e houve uma preocupação com o projeto livre de barreiras.

No art. 2 desta lei traz a definição do termo acessibilidade da seguinte forma:

> I – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p.1);

Segundo Sassaki (2004) a acessibilidade abarca seis campos de estudos que são: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Assim, percebe-se que neste complexo mundo da universidade para haver a igualdade de acesso aos meios de informação é necessário um conjunto integrado de ações para permitir a inclusão de todos. Desta maneira, levanta-se uma curiosidade sobre a real situação das bibliotecas universitárias, pois estas contribuem com o desenvolvimento da sociedade. Diante desta afirmação cabe a seguinte pergunta: **como as bibliotecas universitárias da rede pública da cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, se capacitam para o atendimento às pessoas com deficiência?**

Desta forma, esta pesquisa busca explorar questões no âmbito teórico e prático sobre a acessibilidade em bibliotecas públicas universitárias para pessoas com deficiência físicas e visuais, com o objetivo geral da pesquisa em identificar os recursos que as unidades de informação universitárias disponibilizam para atender estes usuários em relação à infraestrutura física e visual, capacitação de funcionários, e ações desenvolvidas pelas bibliotecas. Tendo como objetivos específicos: descrever os tipos de infraestrutura física das bibliotecas universitária; averiguar a capacitação de funcionários ao atendimento a pessoa com deficiência; observar os equipamentos especializados /softwares; verificar as ações das bibliotecas para inclusão de pessoas com deficiência (física/visual);

Será realizado um estudo de caso múltiplo, nas Bibliotecas Públicas Universitárias do município de Senhor do Bonfim-Ba, tipo da pesquisa descritiva, utilizando uma técnica semiestruturada realizada através do levantamento de dados por meio de uma entrevista com bibliotecários, usuários e um roteiro de observação.

Esta pesquisa pretende contribuir para a sociedade, pois serve como mecanismo de elucidação dos direitos e garantias desta parcela da população. Desta forma, esta pesquisa colabora em função dos direitos assegurados as pessoas com deficiência física/visual ao acesso à informação de forma compatível com suas reais necessidades, proporcionando aos mesmos a oportunidade de cooperar com sua produção intelectual, que possibilitará ter conhecimento para fins de requerer com base na teoria e leis o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos espaços públicos e privados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Num estado democrático de direito todos os cidadãos têm direitos e deveres assegurados. Dito isso, deve-se ter consciência que esta assertiva inclui as pessoas com alguma deficiência. Para haver inclusão, é necessário, termos espaços e pessoas acessíveis. Mas o que seria acessibilidade? Para responder esta indagação, lançamos mão de alguns autores da área, assim como leis e normas que regulamentam a acessibilidade.

A lei 10.098/2000, define a acessibilidade no seu art.2 da seguinte forma:

> I – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p.1).

Esta acepção de acessibilidade corrobora com a definição por parte da Norma Brasileira 9050 (NBR) que tem como parâmetro diminuir as barreiras em relação a acessibilidade nos espaços que serão utilizados pelas pessoas com deficiência (PcD), onde informa requisitos para tornar um ambiente acessível, conforme relata na sua definição Norma Brasileira 9050 (2004, p. 2) ‘’Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos’’ .

Todavia, deve-se considerar que estes conceitos de acessibilidade não devem ser encarados como mecanismo de solidariedade oferecida a esta parcela da população, conforme destaca Condorcet (2006):

> A consideração do termo acessibilidade não poderá ser ditada por meras razões da solidariedade, mas, sobretudo, por uma concepção de sociedade realmente, onde todos deverão participar, com direito de igualdade, e de acordo com as suas características próprias (CONDORCET, 2006).

Este pensamento se contrapõe ao modelo biomédico da acessibilidade, onde há segregação das pessoas e utilização dos espaços e serviços. O modelo atual que os PcDs buscam é o da integração, pois os serviços são oferecidos a todos independentemente de limitações.

Sassaki (2004), considerado o pai da acessibilidade no Brasil, criador das seis dimensões da acessibilidade, informa que este termo surgiu para referenciar as pessoas

utilizavam os serviços de reabilitação física e profissional na década de 40, conforme dados históricos incluídos na tabela a seguir:

| Fato | Período |
|---|---|
| **Origem do termo acessibilidade** para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional. | Final da década de 40 |
| Profissionais de reabilitação constatavam que essa prática era dificultada e até impedida pela existência de **barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos**. | Década de 50 |
| Algumas universidades americanas iniciaram as primeiras experiências de **eliminação de barreiras arquitetônicas.** | Década de 60 |
| Surgimento do **primeiro centro de vida independente do mundo** (que aconteceu na cidade de Berkeley, Califórnia, EUA). | Década de 70 |
| **Campanhas em âmbito mundial** para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas **(desenho adaptável)** como também a não-inserção de barreiras já nos projetos arquitetônicos **(desenho acessível).** | Década de 80 |
| Surgiu o **conceito de inclusão** contrapondo-se ao de integração. | Segunda metade da década de 80 |
| Acessibilidade deveria seguir o paradigma do **desenho universal**. | Década de 90 |

Fonte: Elaborado pelo autor

Trazendo este histórico da acessibilidade para dentro das bibliotecas universitárias, deve-se ter consciência que para tornar uma unidade acessível, é necessário, ter como parâmetro promoção do acesso aos recursos de informacionais relevantes, favorecendo a produção do conhecimento para formar cidadãos críticos. Este modelo requer que as bibliotecas universitárias brasileiras realizem um planejamento, oferecendo uma estrutura

adequada e acessível para receber os usuários que apresentem qualquer limitação. A associação brasileira de normas técnicas vem estabelecendo parâmetros de acessibilidade através da norma NBR 9050:2004, que estabelece acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência física através de edificações, espaços, mobiliários e equipamento urbano.

Ademais, com o avanço do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), verificou-se o surgimento das tecnologias assistivas (TA) que possibilitam dar maior autonomia aos PcDs em relação ao uso das tecnologias e produtos, conforme destacam Melo, Costa e Soares (2006, p. 62):

> Tecnologias assistivas são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência. Procuram aumentar capacidades funcionais e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza (MELO, COSTA e SOARES, 2006, p. 62).

No caso das bibliotecas, as tecnologias assistivas, as tornarão mais inclusivas, ou seja, ajudarão na inclusão das pessoas com deficiência para o manuseio de produtos e serviços que a unidade informacional tem a oferecer. E para isso os bibliotecários devem estar atentos às TAs disponíveis para seu ambiente de trabalho.

Entretanto, vale salientar que não basta o profissional ter conhecimento das ferramentas de acessibilidade, caso não haja um incentivo por parte das instituições para fins de criação de um ambiente organizacional inclusivo, onde tenha uma política que norteará a implementação do produto ou serviço.

Destaca-se que no âmbito governamental, deve-se ter uma política pública de incentivo a tornar estes ambientes e serviços acessíveis. Mas o que seria política pública? Conforme Gianezini *et al* (2017, p.1070):

> A ideia de política pública é algo complexo, pois não há uma teoria completa e definida sobre o tema, mas sim vários conceitos que formam o que pode ser traduzido como política pública. As políticas públicas estão diretamente associadas ao Estado. Contudo, há outros atores que agem na construção delas, tanto de cunho privado como público (GIANEZINI et al, 2017, p.1070).

# 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

## 3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, classificação adotada por Gil (2007, p.44), ‘’para as pesquisas que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis’’.

## 3.2 Tratamento dos dados

Como as pesquisas descritivas assumem a forma de levantamento, buscou-se descrever, averiguar, observar e verificar os fenômenos e fatos de acessibilidade das pessoas com deficiência físicas/visuais em bibliotecas públicas universitárias, por se tratar também de uma pesquisa qualitativa, pois trata da investigação de valores, atitudes, percepções e motivações do público pesquisado, com o objetivo principal de compreendê-los em profundidade; não tem preocupação estatística (GONÇALVES; MEIRELLES, 2004) e uma pesquisa quantitativa porque representa aquilo que pode ser medido, mensurado, contado. A pesquisa pode ser considerada de quali-quantitativo, pois serão combinados dados qualitativos e quantitativos numa mesma investigação.

## 3.3 Métodos e Técnicas

Quanto ao procedimento o método utilizado será um estudo de caso. De acordo com Yin (1981 apud Gil, 2007, p.73), ‘’[...] o estudo de caso investiga um fenômeno atual dentro do contexto de realidade [...]’’. O estudo de caso pode ser utilizado nas pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas, esta pesquisa baseada em um estudo de caso múltiplo, pois terá como finalidade descrever os fenômenos encontrados nas bibliotecas públicas universitárias de Senhor do Bonfim-Ba.

## 3.4 Universo da pesquisa

As bibliotecas universitárias. Dentro deste contexto delimitamos a pesquisa as pessoas com deficiência, de acordo com Gil (1999, p.99), "universo ou população é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características".

3.5 Amostra da pesquisa

Optou-se como representação amostral três bibliotecas Públicas universitárias da cidade de Senhor do Bonfim-Ba, que vamos chamá-las de bibliotecas A, B, e C, considerando o que afirma Gil (1994, 92) "conceito de amostra é o subconjunto do universo, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo".

3.6 Instrumentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados serão utilizados: roteiro para entrevista com os usuários com deficiência físicos e visuais, com os bibliotecários, e um roteiro de observação nas bibliotecas públicas universitárias do município de Senhor do Bonfim, Bahia.

Com os usuários das bibliotecas, será aplicada uma entrevista, juntamente com a observação feita nas bibliotecas pelo pesquisador. Observar se a instituição oferece infraestrutura adequada, os tipos de recursos e se os profissionais são capacitados para receber as pessoas com deficiência físicas/visuais.

Com os bibliotecários será realizada uma entrevista a partir de um roteiro divido em 3 partes:

a) Quanto à infraestrutura- afim de verificar quais os meios de acesso oferecidos;

b) Quanto à capacitação de pessoa - quais as formas de treinamentos que os funcionários realizavam;

c) Quanto aos recursos oferecidos – irá verificar quais os tipos de recursos tecnológicos disponíveis.

3.7 Aspectos Éticos da Pesquisa

A pesquisa será submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCA, conforme definido na Resolução 466/2012 que todo e qualquer projeto de pesquisa, que seja relativo a seres humanos precisa ser submetido a este órgão. Então, como esse

projeto é relativo a seres humanos, através do uso de entrevista e questionários, faz-se necessário a submissão ao Comitê de Ética.

## 4 COLETA DE DADOS E RESULTADOS

As bibliotecas universitárias têm um importante papel na formação dos cidadãos na sociedade. Este ambiente tido por muitos autores como laboratório da construção do conhecimento deve ser acessível a todos. Para isso, o presente trabalho averiguou se na prática estes ambientes estão disponíveis a todos os segmentos da sociedade, especialmente àqueles portadores de necessidades especiais.

Nesta pesquisa sobre acessibilidade em bibliotecas universitárias foram coletados dados num espaço amostral composto por três bibliotecas que foram definidas como A, B, C.

Nas entrevistas com os usuários e responsáveis pelas unidades de informação foram coletados dados quanto à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e instrumental oferecidos pelas bibliotecas.

Quanto à acessibilidade arquitetônica: foram observados por meio de avaliação *in loco* nas bibliotecas selecionadas possuem os seguintes resultados:

Tabela1: Acessibilidade arquitetônica nas BUs selecionadas

| Recurso | Biblioteca A | Biblioteca B | Biblioteca C |
|---|---|---|---|
| Iluminação | x | x | x |
| Banheiros acessíveis | x | x | x |
| Rampas externas | x | x | |
| Rampas internas | x | x | x |
| Sinalização tátil externa | | | |
| Sinalização tátil interna | | x | |
| Elevadores para PNEs | | | |
| Bebedouros acessíveis | | | |
| Balcão de atendimento acessível | | | |
| Sinalização tátil horizontal e vertical | | | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Espaço entre as estantes acessível aos deficientes | x | x | |
| Mapa Tátil | | | |

Fonte: Autor

Estes recursos para a acessibilidade podem ser internos ou externos. O primeiro refere-se à iluminação, banheiros acessíveis, vias de acesso à biblioteca obedecendo à norma 9050/2004, elevadores para PNEs, bebedouros e balcão de atendimento acessível, sinalização tátil horizontal e vertical, espaço entre as estantes e rampas internas. O segundo, diz respeito ao estacionamento acessível aos PNEs e sinalização tátil horizontal que permite ao usuário ter acesso à biblioteca. Dessa forma, com a análise da tabela 1, tivemos como resultado o panorama atual da falta de alguns pontos que envolve às políticas públicas voltadas para permitir o acesso das pessoas com deficiência física/ visual nas universidades, podendo citar à Sinalização tátil interna e externa; Bebedouros acessíveis; Balcão de atendimento acessível e Mapa Tátil, embora com as leis de acessibilidade percebe-se que esses pontos não são atendidos.

Dessa forma, é relevante entender que a acessibilidade arquitetônica é o conjunto de ações que vem favorecer tanto as pessoas com deficiência, quanto de forma social acolher todas as pessoas, porém, é preciso ter a garantia completa de acesso aos mais diferentes locais e atividades, afim de eliminar as inúmeras barreiras existentes que servem como obstáculos para uma parcela da população. Visto que, com a falta da acessibilidade arquitetônica em sua plenitude ocasionará uma ineficiência em relação a usabilidade da unidade de informação.

Quanto à capacitação dos funcionários ao atendimento a pessoa com deficiência, os usuários entrevistados relataram a sua opção conforme segue na tabela abaixo:

Tabela 2- Capacitação dos funcionários

| X | Ruim | Regular | Bom | Ótimo |
|---|---|---|---|---|
| **Biblioteca A** | | | **X X** | |
| **Biblioteca B** | | | **X X** | |
| **Biblioteca C** | | **X** | **X** | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

OBS: Foram entrevistados dois alunos PNEs de cada biblioteca.

Fazendo uma análise da tabela 2, em relação a capacitação dos funcionários no quesito ao atendimento das pessoas deficientes, percebe-se que os funcionários de todas as bibliotecas (A, B e C) estão capacitados à acessibilidade comunicacional e profissional, visto que dos dois usuários entrevistados foi obtido bom desempenho em relação a satisfação dos usuários nas bibliotecas A e B e bom e regular na biblioteca C.

Um dado interessante nesta pesquisa é que nenhuma BU analisada recebeu neste quesito capacitação profissional uma avaliação como ótima, mas isso pode ser explicado devido à falta de recursos na sua plenitude para os PNEs, pois não basta o profissional ser capacitado para atender aos usuários deficientes físico/visual, mas sim este possuir no seu ambiente de trabalho os recursos que permitam aos discentes usufruir das fontes de informações das BUs analisadas.

Quanto aos recursos oferecidos pelas BUs analisadas, tais como: livros em braile, audiolivro, livro falado, TAs, impressora em braile. Os bibliotecários entrevistados responderam conforme segue na tabela abaixo:

Tabela 3 - Recursos oferecidos pelas bibliotecas universitárias selecionadas na pesquisa.

| **X** | **Biblioteca A** | **Biblioteca B** | **Biblioteca C** |
|---|---|---|---|
| Livro em braile | **x** | **x** | x |
| Audiolivro | | **x** | |
| Livro falado | | | |
| Tecnologias Assistivas | **x** | | |
| Impressora em braile | | | |

Da análise do quadro acima, pode-se concluir que todas as BUs (A, B e C) possuem o recurso bibliográfico livro em braile, já o recurso informacional audiolivro foi observado apenas na biblioteca B, e em relação ao quesito Tecnologias Assistivas, foi verificado a disponibilidade de algumas ferramentas aos PNEs apenas na Biblioteca universitária A.

Assim, é percebido que essas BUs não estão acompanhando o avanço tecnológico em sua plenitude. E, nos quesitos livro falado e impressora em braile, nenhuma das bibliotecas da pesquisa pontuaram a existência dos mesmos. Vale destacar que o responsável da Biblioteca A sinalizou a existência de um projeto com o intuito de acessibilizar esta unidade de informação, inclusive já conseguiu alguns recursos informacionais destinados a esta parcela da população e está aguardando obter a adaptação da infraestrutura física para melhor atender os usuários.

Portanto, pela análise deste requisito as BUs ainda são inacessíveis aos usuários com deficiência, porque além de enfrentar as limitações do seu corpo tem que lutar contra as adversidades impostas pela universidade com a finalidade de poder estudar e contribuir com seu potencial intelectual para a sociedade. Mas isso não quer dizer que estas BUs são inacessíveis a todas limitações, pois embora sejam inacessíveis a grande maioria das limitações os recursos existentes nestes ambientes podem ser acessíveis a determinadas limitações, embora não seja de forma plena.

Desse modo, nessa pesquisa foram entrevistados os bibliotecários das Bus e foram coletadas informações sobre: infraestrutura física, frequência de pessoa com deficiência na biblioteca, capacitação dos funcionários e recursos oferecidos pela instituição para atender aos deficientes físicos.

Nesse contexto, os resultados desta análise revelaram que segundo os bibliotecários, as bibliotecas ainda não são acessíveis as pessoas com deficiência. Mas, existem mesmo em quantidade reduzida alguns recursos informacionais de utilidade desta parcela dos usuários.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades brasileiras têm como principal missão a formação tanto profissional como cidadã da população. Neste ambiente da universidade têm-se as bibliotecas que são centros de mediação da informação para os usuários. Para poder recuperar as informações necessárias ao aprendizado, estes alunos irão se dirigir a uma biblioteca onde serão atendidos por profissionais capacitados. O atendimento de excelência demanda uma estrutura física e suportes informacionais, tais como as tecnologias assistivas que permitem o acesso à informação a todos e não apenas a uma parcela de usuário sem limitações.

Neste trabalho as BUs analisadas não foram identificadas por motivo de ética na pesquisa, pois sabe-se que as bibliotecas estão em constante mudança e como tal uma situação atual hoje pode ser modificada num futuro próximo.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou analisar a real situação das bibliotecas universitárias na cidade de Senhor do Bonfim-Ba quanto à acessibilidade, pois não adianta o espaço com boa estrutura física e acervo com materiais atualizados se estes não são acessíveis a todos.

Em relação a análise de dados relativa à amostra composta pelas bibliotecas: A, B e C a pesquisa de campo, a literatura da área e a legislação permitiram considerar que embora a lei vigente sobre acessibilidade esteja em vigor esta não é cumprida e nem fiscalizada pelos órgãos competentes. Das bibliotecas observadas somente algumas ferramentas acessíveis as pessoas com deficiência foram encontradas, mesmo assim foram consideradas ineficazes para propiciar um ambiente acessível a todos. E é sabido, que para o aluno não basta ter acesso a uma pequena parcela das fontes de informação na biblioteca, mas sim obter o acesso a todos os recursos informacionais disponíveis neste ambiente que deve ser de inclusão e não de exclusão.

Desta forma, pode-se concluir que as bibliotecas universitárias selecionadas na pesquisa em sua maioria permitem o acesso, ou seja, o usuário tem acesso à biblioteca, mas esta é considerada inacessível, pois não dispõem como manda à legislação dos requisitos na sua totalidade para permitir o uso deste ambiente que é a biblioteca pelas pessoas com deficiência permitindo o uso da informação de modo igualitário por todos. Assim, recomenda-se que a sociedade reivindique mais o cumprimento da lei n.10.098/2000 e sua fiscalização pelos órgãos competentes.

**REFERÊNCIAS:**


ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**:2004: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. 97 p. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf. Acesso em:18 nov. 2020.

BRASIL. Lei n.10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade de portadores de deficiência ou mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**, Salvador, 20 dez. 2000.Disponível em:http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.098-2000?OpenDocument. Acesso em: 18 nov. 2020.

CONDORCET, Bernard (2006). Acesso em: 16 nov. 2020. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~bernard/VI_encontro/4_ACESSI.TXT

Gianezini, Kelly *et al*. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**. v.21,n.2, p.1065-1084. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v21n2p1065-1084. Acesso em: 17 de nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, Carlos A.; MEIRELLES, Anthero M. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias assistivas. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; MELO, Ferres. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. São.Paulo:UNICAMP,2006.Disponível.em:styx.nied.unicamp.br/todosnos/artigos.../livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf. Acesso em: 20 nov.. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi ( 2005). "**Conceito de Acessibilidade**". Disponível em: http://www.bengalalegal.com/romeusassaky.php. Acesso em: 10 nov. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Bookman editora, 2005